

As meninas de Santa Leopoldina

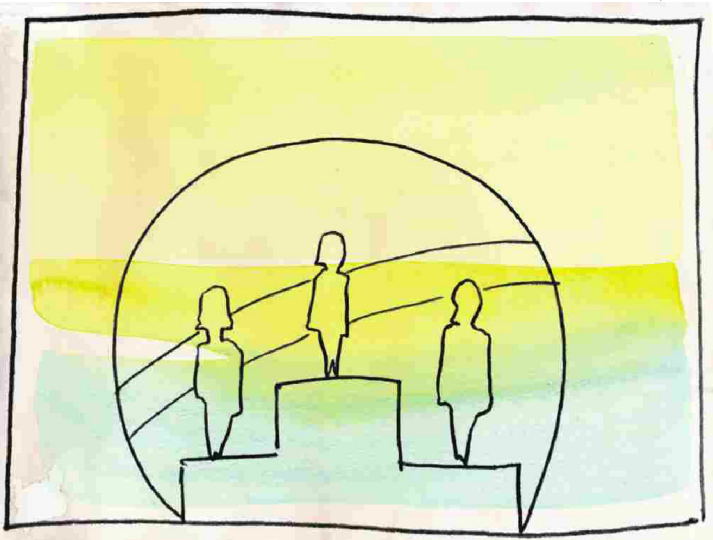
ELIO GASPARI

HÁ ALGUMAS semanas, havia um pedágio na entrada da cidade de Santa Leopoldina (800 habitantes), na região serrana do Espírito Santo. Jovens pediam dinheiro aos motoristas para ajudar a pagar a viagem das trigêmeas Fábيا, Fabiele e Fabiоla Loterio ao Rio. Filhas de pequenos agricultores da zona rural próxima a Vitória, elas iriam a uma cerimônia no Teatro Municipal para receber as medalhas de ouro e prata que conquistaram na 10ª Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. Fábيا e Fabiele empataram no primeiro lugar e Fabiоla ficou em segundo entre os concorrentes capixabas.

Matematicamente, coisas desse tipo talvez aconteçam uma vez a cada milênio, mas as meninas de Santa Leopoldina ofenderam várias outras vezes a lei das probabilidades. O pai, Paulo, cursara até o 2º ano do ensino fundamental, a mãe, Lauriza, foi até o 4º. Vivem do que plantam, numa casa sem conexão com a internet. A roça de 18 hectares de hortaliças, legumes e eucaliptos da família fica num município de 12 mil habitantes, cujo PIB per capita está abaixo de R\$ 1 mil mensais.

Numa época em que tudo parecia dar errado, apareceram as meninas de 15 anos de Santa Leopoldina. Elas são um exemplo do vigor do andar de baixo de Pindorama e da eficácia de políticas públicas na área de educação.

Assim como o juiz Sergio Moro decria a origem das petrorroubalheiras



Juliana Freire

ras do andar de cima, pode-se pesquisar a origem de um sucesso do andar de baixo.

As trigêmeas de Santa Leopoldina tiveram o estímulo dos pais. Antes delas, educou-se Flávia, a irmã mais velha. Estudou na rede pública e formou-se em enfermagem com a ajuda de uma bolsa de estudos integral. (Aos 23 anos, ela hoje faz

Quando tudo parece dar errado, Fábيا, Fabiele e Fabiоla mostraram o vigor do andar de baixo de Pindorama

doutorado em Biotecnologia na Universidade Federal do Espírito Santo e trabalha no projeto de um equi-

pamento robótico para pessoas que sofreram AVCs.) Ainda pequenas, as quatro brincavam de estudar. Flávia foi a primeira jovem da região a entrar para uma faculdade.

Há dez anos, o professor César Camacho, diretor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA, levou a ideia da olimpíada de escolas públicas ao então

ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Lula comprovou e hoje ela é a maior do mundo, com 18 milhões de participantes. O programa administra não só o exame, como a concessão de bolsas aos medalhistas. Custa R\$ 52 milhões por ano. Nunca foi tísido por um fapo de irregularidade, mas raramente recebe o devido reconhecimento.

As trigêmeas começaram a competir quando cursavam o 6º ano do ensino fundamental. Em 2012, Fabiоla conseguiu uma medalha de bronze e uma vaga no Programa de Iniciação Científica, com direito a uma ajuda de R\$ 1.200 anuais e reuniões periódicas em Vitória. No ano seguinte, Fabiele ganhou a bolsa do PIC e Fábيا conseguiu a sua indo assistir às aulas com as irmãs. Viajavam no velho caminhão do pai.

Todas três ingressaram no Instituto Federal do Espírito Santo, onde cursam o ensino profissionalizante em agropecuária e vivem no campus da instituição, em Santa Teresa. Passam a maior parte do tempo na biblioteca e há pouco procuraram professores, interessados em conhecer o currículo do ano que vem. Para receber suas medalhas, as irmãs entraram pela primeira vez num avião.

As trigêmeas de Santa Leopoldina são um produto da força de vontade de cada uma, do estímulo dos pais, do sistema público de ensino, de políticas bem sucedidas e de uma professora que estimulou seus alunos, Andréia Biasutti.

OS LARÁPIOS DE SANTA LEOPOLDINA

Em 2010, Fábيا, Fabiele e Fabiоla estavam no 5º ano do ensino fundamental. O PIB do município de Santa Leopoldina era de R\$ 56,5 milhões de reais, ou US\$ 34 milhões. Ou seja, tudo o que seus 12 mil habitantes (inclusive a família Loterio) produziam cabia nas propinas recebidas por Pedro Banusco e ainda sobravam ao petrocomissário US\$ 12 milhões.

O andar de cima de Santa Leopoldina seguia os manuais das

oligarquias. Em abril daquele ano, o promotor Jefferson Valente Muniz abriu uma investigação para apurar roubalheiras no município e denominou-a Operação Moeda de Troca. Em cinco meses, botou onze pessoas na cadeia. Eram políticos, empresários e servidores que haviam desviado cerca de R\$ 28 milhões dos cofres públicos, errandiro equivalente a um ano de arrecadação municipal. Na cabeça da quadrilha, es-

tava o poderoso empresário Aldo Martins Prudêncio, irmão de Ronaldo, o prefeito da cidade. Viciavam licitações e inventavam emergências para favorecer fornecedores. Mordiam onde podiam, de aluguel de carros a compras de material escolar, de rodeios a eventos do Carnaval. A apreensão de uma cantora contratada por R\$ 5 mil custava à prefeitura R\$ 15 mil. A certa altura a prefeitura chegou a ensaiar o alu-

guel de um carro de luxo, com computador a bordo.

Ronaldo Prudêncio foi afastado pela Câmara Municipal. Mesmo com sete ações por improbidade nas costas, manobra seu retorno ao cargo. O promotor Jefferson comeu o pão que o Tinhooso amassou, sendo obrigado a responder a um processo junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. A defesa da quadrilha dizia que utilizara provas obtidas ilegalmente.

Em junho passado, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo manteve as condenações da quadrilha,

expandindo-lhe as penas. O doutor Aldo Prudêncio tomou sete anos. Outros nove pegaram de três a cinco anos. Como diria a doutora Dilma, “todos soltos”, pois recorrem em liberdade.

Do jeito que estão as coisas, há gente pensando em fugir da crise brasileira para tentar a vida lá fora, talvez em Miami. Pode-se pensar em Santa Leopoldina. Além da Operação Moeda de Troca e das trigêmeas Loterio, o município tem um só carro para cada seis habitantes, clima de montanha e 12 cachoeiras.

‘Baixo clero’ pode assumir a Lava Jato

Se escolha do novo Procurador-Geral da República demorar, hiato será preenchido por subprocurador-geral

Eitel Pereira é ligado ao grupo do ex-procurador Geraldo Brindeiro e nunca figurou em lista para procurador-geral

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Se Dilma Rousseff e o Senado não indicarem quem será o procurador-geral da República até 17 de setembro, a cadeira de Rodrigo Janot será ocupada interinamente por um procurador desafinado com o grupo que hoje cuida da Operação Lava Jato.

O subprocurador-geral Eitel Santiago de Brito Pereira, vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público, comandaria o Ministério Público Federal nesse hiato, até um nome ser oficializado.

Atribui-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), investigado na Lava Jato, a estratégia de retardar a apreciação, no Senado, caso Dilma Rousseff opte pela recondução de Janot, cujo mandato atual expira no dia 17 de setembro.

Santiago, considerado um procurador do baixo clero no Ministério Público Federal, assumiria provisoriamente o

cargo que sempre almejou sem nunca ter obtido votos suficientes para integrar uma lista tríplice e figurar entre os nomes escolhidos nas eleições biênis da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Ele tentou, sem êxito, substituir o então procurador-geral da República Cláudio Fonteles em 2005. Quatro anos depois, no final da gestão de Antônio Fernando de Souza, amargou novo insucesso eleitoral, ficando fora da lista quando os procuradores escolheram Roberto Gurgel.

Nas duas eleições, tentou obter apoios entre políticos do PMDB, do PFL e de aliados do governo.

Atribui-se ao procurador o fato de ter um maior trânsito externo, no meio político, do que uma liderança interna, no Ministério Público.

Fonteles, Antônio Fernando, Gurgel e Janot são oriundos do grupo dos “tuitiús”, que fazia oposição ao ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro, conhecido como o “engavetado-geral da República” no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Santiago é mais ligado ao grupo do também paraibano Brindeiro, embora procure transitar em todas as alas do

MP e seja reconhecido como simpático e cordial.

As principais restrições dos colegas têm origem nas ligações político-partidárias de Santiago e no exercício simultâneo da advocacia privada.

Embora a atividade seja permitida aos que entram no Ministério Público antes de 1988, muitos procuradores consideram que as atividades são incompatíveis.

POLÍTICO E ADVOGADO
Santiago ingressou no Ministério Público Federal em 1984. Foi promovido a subprocurador-geral em 1996, por merecimento. Em 2005, foi nomeado Corregedor-geral do Ministério Público Federal.

Santiago mantém sua inscrição em “situação regular” na seccional da OAB da Paraíba (OAB-1580).

Filiado ao então PFL (Partido da Frente Liberal), que depois mudou de nome para DEM (Democratas), Santiago foi candidato a deputado federal pela Paraíba, em 1994. Obteve 19.875 votos, ficando na suplência.

Interrompeu a carreira no Ministério Público para atuar novamente em cargo público na Paraíba, tendo sido nomeado Secretário de Segu-

rança Pública na administração do governador Cássio Cunha Lima (PSDB). Retornou à Procuradoria quando o mandato do governador tucano foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A cúpula do Ministério Público evita se manifestar a respeito da hipótese de interinidade. Mas há o temor de que, caso isso aconteça, desentendimentos internos irrompam na Procuradoria.

Santiago não atendeu à **Folha** e não respondeu às perguntas enviadas pelo jornal para comentar as resistências a seu nome.

“Eu torço para que não haja interinidade, mas, se houver, vou atuar com tranquilidade”, disse na última quarta-feira (22) ao “Valor Econômico”.

Ele assumiu o mandato de vice-presidente do Conselho do Ministério Público em 2014 para um mandato de dois anos.

Como no próximo dia 17 de agosto ele assumirá um novo mandato como conselheiro, discute-se internamente se deveria ser feita uma nova eleição para o cargo de vice-presidente do Conselho. Ele diz que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal se for aberta eleição para seu posto.

Reprodução
Participe da Mudança



Eitel Pereira foi candidato a deputado federal em 1994